

Carta aberta aos pré - candidatos ao pleito municipal de Santa Maria

O Comphic - Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria vem, através desta carta aberta aos pré - candidatos à sucessão executiva de Santa Maria, expor seu posicionamento quanto às questões ligadas ao patrimônio histórico cultural da cidade.

Este documento divide-se em uma manifestação dos anseios deste conselho e um anexo com o histórico das edificações mencionadas nesta carta.

Quanto ao patrimônio cultural de forma geral:

De forma genérica, pontuamos que a paisagem da cidade é patrimônio de todos os moradores, sendo assim, os morros da cidade de Santa Maria precisam ser preservados e suas visuais garantidas.

A busca pela sustentabilidade da cidade perpassa por incorporar a perspectiva de longa permanência das construções no tempo, valorizando a ideia de que adequar e revitalizar edifícios é mais sustentável do que demolir.

Os planos a serem propostos devem buscar a manutenção da identidade dos bairros, qualificando seus espaços e respeitando as preexistências, de forma a reforçar os vínculos do cidadão com a história da cidade.

A valorização de políticas de patrimônio ambiental – natural e cultural – promove a qualificação espacial das paisagens representativas, em diferentes escalas territoriais.

Considera-se Patrimônio Histórico cultural todas as manifestações populares, eruditas ou de outra origem, assim como o conjunto de bens tangíveis ou intangíveis, e seus entrelaçamentos com a cultura material e imaterial, abarcando os cultos, tradições e processos de ancestralidade, saberes e fazeres, locais de memória e pertencimento, bem como todos os acervos, sendo estes de qualquer origem e tipologia em consonância com as regras de aquisição, preservação e salvaguarda, assim como sua importância histórica, cultural e ou social, contextualizando diretamente ou indiretamente com a valorização e sua representação simbólica ou iconográfica. O patrimônio cultural deverá estar inserido num contexto de salvaguarda, preservação e comunicação, em concomitância com os processos educativos, sociais, históricos e de valorização destes bens patrimoniais e as diretrizes dos órgãos competentes vigentes na administração pública municipal.

Quanto aos elementos de patrimônio material específicos: Todos os projetos em andamento são importantes e é necessário dar continuidade aos movimentos existentes no setor público e privado, continuando a jornada dos que ali propuseram alternativas e reconhecimento do patrimônio, de restauro e preservação.

Quanto ao centro histórico:

Deverá ser dado seguimento ao projeto do Distrito Criativo Centro-Gare, pois percebe-se que as mudanças e transformações oriundas de projetos de extensão das instituições e de empresas privadas movimentaram a economia local e os atores do espaço Centro-Gare foram validados com suas ações e formações nas áreas da Economia Criativa, setor que movimenta 3% do PIB do Brasil.

Deverá ser viabilizado um plano setorial para todo o centro histórico a partir de estudos e simulações de volumetria e índices urbanísticos;

Em relação ao edifício da SUCV

A restauração deste importante ícone do patrimônio da cidade deve ser levada a cabo. Projeto finalizado e obra executada. Quanto ao uso, o mesmo deve ser o mais democrático possível, possibilitando que grande número de santa marienses possam usufruir de suas instalações. Sendo assim, um equipamento público como o Museu de Arte de Santa Maria.

Em relação à Estação Ferroviária - Gare

Concluída a obra da Estação Ferroviária, o uso daquele equipamento deverá respeitar ao previsto no termo de cessão de uso que prevê área para a memória ferroviária e ações educacionais e culturais. Bem como, a sustentabilidade financeira do complexo deverá ser alcançada.

Em relação à Casa de Cultura

A recuperação deste importante equipamento público deverá ser executada. Projeto finalizado e obra executada. A ocupação deverá fomentar a cultura e ações educacionais que garantam a funcionalidade do local.

Em relação ao projeto Iconicidades - Antiga Associação dos Ferroviários da Vila Belga

O Conselho manifesta-se ressaltando que a restauração deste exemplar histórico do patrimônio da cidade deve ser levada a cabo. Após recebimento dos projetos finalizados, a obra deverá ser executada, possibilitando que a Antiga Associação dos Ferroviários se torne um equipamento vocacionado à educação, cultura e inovação para Santa Maria.

Quanto aos elementos de patrimônio imaterial:

Deve ser fomentado o registro dos elementos de patrimônio imaterial que são representativos para a cidade e viabilizada a elaboração de legislação apropriada a este objetivo. É preciso um mapeamento das demandas e das necessidades para que sejam previstos investimentos e manutenção a curto, médio e longo prazo.

Sugestões de ações

As próximas políticas públicas, relacionadas ao patrimônio histórico cultural, deverão prever medidas que fomentem a preservação do patrimônio e a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental.

Sugere-se a criação de um serviço público de consultoria técnica que ofereça atendimento aos proprietários de bens tombados e responsáveis técnicos por projetos, proporcionando que esse canal seja divulgado e acessível, integrado às secretarias, setores que tratam do patrimônio cultural no município.

Assim, ao expor nossas pautas prioritárias, o Comphic coloca-se à disposição para eventuais consultas a respeito do patrimônio cultural material e imaterial de Santa Maria.

Santa Maria, 03 de junho de 2024

ANEXO:

SUCV

Conhecida como “Casa Rosada de Santa Maria”, a construção do início do século XX possui 4 pavimentos, além da mansarda (cobertura). Por sua relevância histórica, inclusive pelos vitrais que registram artisticamente as atividades dos caixeiros viajantes, em 1993 por instrumento da Lei Nº 3724393, o conjunto arquitetônico foi considerado patrimônio histórico de Santa Maria.

O Edifício João Fontoura Borges está localizado na Rua Venâncio Aires esquina com a Avenida Rio Branco, em frente à Praça Saldanha Marinho, e foi construído entre 1923 e 1926 - embora a pedra fundamental tenha sido assentada em 20 de dezembro de 1922 - sendo inaugurado em 20 de setembro de 1926. A edificação foi construída com o intuito de abrigar a Sociedade dos Caixeiros Viajantes (SUCV) e o nome dado ao edifício é uma homenagem ao presidente da entidade no período de construção e inauguração do bem.

De acordo com Foletto a exemplo dos ferroviários, que fundaram a Cooperativa dos empregados da Estação Férrea, os caixeiros viajantes fundaram a SUCV no dia 21 de setembro de 1913, por ocasião do I Congresso de Viajantes do Rio Grande do Sul. Nessa data, cinquenta e sete caixeiros viajantes se reuniram, na cidade de Santa Maria, para criar uma sociedade que garantisse seus interesses e de seus familiares. O objetivo da tal associação era o de promover, junto ao governo, reformas de tarifas, prestar socorros médicos e, também, promover atividades culturais. O município foi escolhido por ser o principal meio ferroviário, sendo local de passagem por todos os caixeiros que trabalhavam no Estado. Vale apontar, também, que em 1886 o grupo já havia fundado o Clube Caixeiral, que foi criado com o objetivo de congregar socialmente os afiliados.

É plausível que a escolha do local para a implantação do edifício João Fontoura Borges tenha se dado justamente no encontro da Avenida Rio Branco com a Praça Saldanha Marinho. O lote escolhido para a implantação pertencia à família Aita, que possuía, à época, um café denominado de Café Santa-mariense. No passado, o terreno integrava parte de um cemitério que pertencia à igreja-oratório, em frente ao terreno.

Segundo Foletto, o projeto é de autoria de Alfredo Haessler, o construtor é o Jorge Wild e o mestre de obras é Otto Werner. De acordo com Schlee, Werner era engenheiro civil, especialista em cálculos de concreto armado, e que trabalhou no escritório Ahrons, em Porto Alegre, associado a Theodor Wiederspahn, importante arquiteto do ecletismo gaúcho, e com Ernesto Woebcke na empresa Haessler & Woebcke. Schlee afirma que é possível que o projeto da SUCV tenha sido projetado por Wiederspahn e calculado por Haessler, fato que ocorria com frequência na época em que ambos trabalhavam juntos. Wiederspahn é o autor dos projetos do Clube Caixeiral e do Banrisul de Santa Maria.

Estação Ferroviária - Gare

A Estação Ferroviária de Santa Maria/RS é tombada em nível municipal em conjunto com a Mancha Ferroviária pela Lei nº 4009/96, de 21/10/1996, e pelo Decreto executivo 285/2000 de 24/08/2000; tombamento estadual (Portaria Estadual 30/2000 de 26/10/2000) e mais tarde valorada em nível nacional (Extrato de Termo de Homologação nº 10 /2014 do Diário Oficial de 16 de abril de 2014). Os itens do tombamento são os seguintes: “Na Estação de Passageiros: As fachadas com seus adornos em massa e frisos; cunhais; relevos, pilastras; frontão; a estrutura volumétrica da cobertura em quatro águas; portas de madeira com bandeira de vidro em forma de arco pleno e janela em duas folhas do primeiro pavimento; do pavimento superior as janelas de madeira, em duas folhas com verga reta, caixilhos em vidro e bandeiras fixas. Na Plataforma de Embarque: a estrutura de ferro e a estrutura volumétrica da cobertura da plataforma de embarque. Nos Pavilhões à direita vistos do Largo: a estrutura volumétrica, alvenarias, cobertura e pilastras que fazem a marcação dos vãos das fachadas. Pavilhões à esquerda vistos do Largo: a estrutura volumétrica da edificação e da cobertura; as portas e janelas de madeira. O Largo em frente a estação e o Muro”.

A edificação que conhecemos hoje estima-se que tenha sido construída no ano de 1899. A Gare (nome de origem francês para Estação) aos poucos foi ampliando os locais para desenvolver mais atividades. Os edifícios que a compõem podem ser divididos em quatro pavilhões, que foram assim denominados conforme o ano de suas construções, identificados através de fotos históricas.

“O projeto original da estação ferroviária adotado em Santa Maria apresentava uma construção assobradada, com cobertura em quatro águas de telha de barro, e fachadas principais idênticas (uma voltada para o largo e a outra voltada para a plataforma). Um sistema rígido de composição (marcado pelo uso de pilastras e cimbras) dividiu vertical e horizontalmente cada fachada principal, de maneira que resultaram divididas em seis módulos. Os dois centrais, cortados pelo eixo de simetria, receberam uma porta (no térreo) e uma janela (no segundo pavimento). Os quatro módulos laterais receberam, cada um, uma janela ... Coroando toda a composição, ainda sobre o eixo de simetria, um frontão bastante característico”. (SCHLEE, 1999, p.12).

Foram somados à edificação os 4 pavilhões, em diferentes anos, sendo que, em 1930, o conjunto já estava completo, sofrendo apenas pequenas modificações arquitetônicas.

Casa de Cultura

O prédio do antigo Palácio da Justiça, denominado atualmente como “Casa de Cultura”, projeto de João Batista Pianca, foi construído em terreno de esquina, com a finalidade de abrigar o Foro de Santa Maria, e sua inauguração ocorreu em 1944. Referente ao estilo arquitetônico do imóvel, Vani Terezinha Foletto, et al, por meio do livro “Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria”, descreve o objeto: “Possui linhas retas e curvas usadas simultaneamente, janelas de

madeira e uma pequena sacada sobre a entrada que, como a aresta leste arredondada e a preferência pela geometrização dos adornos, são elementos do estilo *Art Déco*. Notáveis são as colunas na fachada, que quebram a horizontalidade do prédio, além de proporcionarem um aspecto monumental e suntuoso. Destaca-se, também a platibanda, que contém, com letra típica também do *Art Déco*, a inscrição *summum jus, summa injuria* (extrema justiça, extrema injustiça)". Percebem-se que as características referentes ao estilo *Art Déco* foram preservadas, destacando entradas e saliências, adições e subtrações com volumes ritmados, culminando em vértice arredondado. O acesso principal é evidenciado com a adição centralizada da única sacada da edificação, logo abaixo da inscrição de sua fachada voltada à praça Saldanha Marinho. Com o passar dos anos foi necessária uma ampla reforma na edificação, que culminaria em sua reinauguração em 1977. Esta reforma, iniciada em fins de 1976, adotou o prédio de novas repartições e do acréscimo de um novo pavimento ao sul, visando a uma maior funcionalidade. Mesmo com as ampliações, a edificação tornou-se pequena frente ao crescimento da cidade, e em 1992, o prédio foi desocupado, e o Fórum de Santa Maria transferiu suas atividades para o novo prédio construído pelo foro da cidade. A partir dessa desocupação, houve intensos debates e uma mobilização pública para transformar o prédio em Casa de Cultura. Assim, o governo do Estado do Rio Grande do Sul doou o prédio para tal fim.

Em relação ao projeto Iconicidades – Antiga Associação dos Empregados da Viação Férrea (AEVF)

O projeto Iconicidades foi lançado em 21 de junho de 2021 para fazer frente ao desafio de tornar as cidades gaúchas mais inovadoras, criativas e empreendedoras. A iniciativa foi voltada para ressignificar e estimular a retomada de espaços arquitetônicos icônicos em suas regiões – ambientes que fizessem parte da identidade local, seja pela localização, pelo estilo arquitetônico que imprimem, ou mesmo pelo uso que deles se fez no passado. A ideia foi identificar e revitalizar arquiteturas simbólicas em todo o Rio Grande do Sul, dando a elas um novo sentido. Promover o estímulo à inovação e à economia baseada no capital intelectual, contribuindo para criar ecossistemas criativos e que estimulem novos negócios. Na primeira etapa do projeto aconteceu o chamamento aos municípios para submissão de projetos relevantes, do ponto de vista do estímulo à criatividade empreendedora, em todas as regiões do Estado. Esse processo foi e é conduzido pelo EDP (Escritório de Desenvolvimento de Projetos), que atua como órgão de apoio técnico e metodológico a todas as secretarias e demais órgãos do Executivo gaúcho em gestão de projetos. Essas propostas foram avaliadas e hierarquizadas por uma comissão técnica, de acordo com os critérios previstos em um edital. Após o processo seletivo, em 20 de setembro de 2021, foram divulgadas as cinco cidades vencedoras: Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Cachoeirinha e São Leopoldo. Destas cinco cidades, em três há a intervenção em patrimônio histórico e cultural: Pelotas, Santa Maria e São Leopoldo.

Durante a segunda etapa, os espaços indicados pelos municípios selecionados foram objeto de cinco concursos públicos de arquitetura promovidos pelo Governo do Estado, com consultoria e assessoria do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB - RS) e apoio das prefeituras municipais. O concurso, de acordo com a Lei de Licitações (8666/1993), é a modalidade preferencial para a contratação de projetos, pois permite ao cliente escolher, entre diversas opções apresentadas simultaneamente e a partir do julgamento qualitativo, a solução projetual mais adequada para um contexto específico.

Em Santa Maria, o local da intervenção é o edifício da antiga Associação dos Empregados da Ferrovia, localizado na Vila Belga. O objetivo é a requalificação da antiga Associação dos Empregados da Viação Férrea (AEVF) através da recomposição da volumetria da edificação arruinada - tombada a nível municipal pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHIC) e a nível estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) - e do restauro de seus elementos tombados, além da proposição de nova edificação anexa que, em conjunto com a pré-existência, consolide um conjunto edificado que permita a implantação do Espaço de Economia Criativa (EEC), da Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan (EMAET) e de um Espaço de Memória referente ao antigo Clube dos Ferroviários, complementados por um Espaço Aberto de uso público dentro dos limites do lote.

O Termo de Referência do concurso trazia especificados os itens e elementos que são tombados pelo IPHAE, bem como outros itens que também deveriam ser preservados, ainda que não tombados.

O projeto vencedor foi o dos arquitetos do escritório Tempo Arquitetos. Atualmente os projetos executivos estão em elaboração, os quais serão analisados e aprovados por equipe multidisciplinar de servidores da SOP – Secretaria de Obras do Estado, para então serem entregues ao Município que procederá a licitação para contratação de empresa executora da obra.